

FGV PESQUISA

Associação de Proteção e Assistência ao Condenado (APAC)

Conexão Local

Isabela Banduk Alves e Julia Marangoni Mijares

30/08/2014

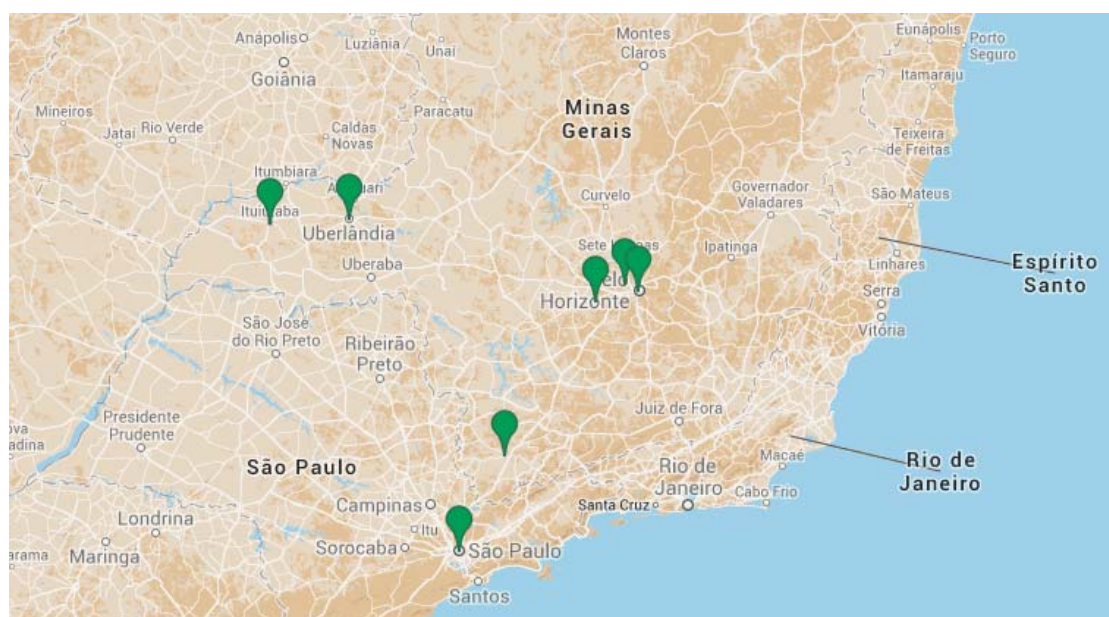
Sumário

Introdução	3
Apresentação do tema e sua relevância	5
Situação carcerária e cumprimento de pena no Brasil	9
Contexto histórico da APAC.....	12
Método APAC	14
Unidades Visitadas.....	19
Experiência pessoal	35
Referências	38

Introdução

A experiência de pesquisa etnográfica nos designada pelo projeto Conexão Local, da Fundação Getúlio Vargas, foi a APAC (Associação de Proteção e Assistência aos Condenados) de Ituiutaba, Minas Gerais. Nossa viagem de campo com duração de três semanas teve início no dia 29 de junho de 2014. Após alguns dias convivendo com a realidade desse sistema alternativo de prisão, percebemos a necessidade de conhecer o funcionamento de outras APACs que contariam também com o regime fechado e teriam uma estrutura maior. Com esse intuito, viajamos ao todo cerca de 3.450 km, principalmente no estado de Minas Gerais, conhecemos cinco presídios diferentes, sendo quatro deles APACs e um presídio de segurança máxima: APAC Ituiutaba; APAC de Itaúna masculina e feminina; APAC de Pouso Alegre e Complexo Penitenciário Nelson Hungria.

Além dos sistemas prisionais, tivemos contato com órgãos de justiça criminal e autoridades do sistema de justiça criminal, que nos situaram melhor na legislação, contaram sobre suas experiências profissionais nesse universo da criminalidade e apontaram para os principais problemas da atual conjuntura. No mapa abaixo estão destacadas as cidades que visitamos.



Ao entrarmos em contato direto com cada um destes locais, pudemos entender e associar muitas características acerca dos presos, das estruturas de cumprimento de pena, da influência ambiental sobre o homem, da mentalidade do crime, e das complicações da reintegração social, que consideramos extremamente interessantes. Por tal motivo, detalharemos nossas principais visões sobre a vivência que tivemos, que nos levaram a embasar o ponto de vista que a pesquisa nos proporcionou.

Apresentação do tema e sua relevância

A situação atual do sistema penitenciário brasileiro é crítica, e está se agravando. Comparando tal sistema com o cenário internacional, o Brasil ocupa a 3ª posição no ranking da população carcerária mundial, quando incluídos os presos em regime domiciliar. Além das superlotações, rebeliões, tráfico de drogas, acesso à celulares e inúmeras irregularidades por vezes divulgadas em noticiários populares, os presídios do país apresentam números altíssimos de reincidência, aproximadamente 80% voltam para o sistema prisional depois de já terem cumprido pena anteriormente.



A discussão sobre as condições do sistema, a qual a população em geral trata com negligência, afeta diretamente com relação à segurança, uma vez que a reincidência é uma realidade muito presente e comprova a ineficiência em coibir a volta à criminalidade. Daí decorre uma das necessidades de entender melhor como tornar essa estrutura mais eficiente.

A delicadeza deste tema se dá pela dificuldade de lidar com o erro humano, de entender os fatores sociais que podem contribuir para direcionar um indivíduo ao crime e proporcionar ao preso seus direitos previstos em lei. Existe um intenso esforço internacional de Organizações Não-Governamentais e centros de pesquisa para

humanizar o cumprimento de pena e promover alterações nos sistemas que criam condições humilhantes e subumanas, tal como é o caso do Brasil. Há também um crescente movimento nacional de modificação nas estruturas atualmente direcionadas para os presos, que depende do envolvimento e apoio dos Tribunais de Justiça para ser consolidado. No caso de Minas Gerais, nosso principal objeto de pesquisa, o Projeto Novos Rumos já tem promovido impactantes alterações na execução penal.

Além disso, um aspecto que raramente é considerado pela sociedade é o entendimento do aspecto psicológico que é desencadeado no preso em seu período de cárcere, o que elucida muitas questões sobre a recuperabilidade do homem e também permite uma aproximação mais humanizada da população criminosa. A falta dessa aproximação e entendimento da superação do crime é um grande empecilho que a sociedade impõe ao ex-detento que procura um emprego honesto após cumprir sua condenação. Essa falta de oportunidade por vezes contribui para o retorno à crimes como tráfico de drogas, roubos e ações que buscam gerar renda.

Economicamente a marginalização dos presos é uma enorme perda, já que 98,5% estão em idade economicamente ativa e poderiam trabalhar, pagar tributos e ser uma mão-de-obra extremamente produtiva que atualmente é desprezada. As empresas e o próprio governo poderiam se beneficiar muito do aproveitamento desses trabalhadores. Prova disso é o sucesso da instalação de oficinas que contém parte ou todo o setor produtivo de alguma organização nos presídios, gerando oportunidade de trabalho durante o cumprimento de pena em troca de alguma ajuda de custos e remissão.

Todos os argumentos acima sumarizam o desinteresse geral pelo ser humano preso e o desconhecimento de seu impacto na sociedade. A organização para a qual direcionamos nosso estudo, a APAC (Associação de Proteção e Assistência aos Condenados), representa uma possibilidade de mudança no cenário prisional e seu método e todo o trabalho realizado pela mesma precisa ser conhecido, para que as pessoas entendam o criminoso dentro do contexto socioeconômico no qual ele está inserido, o que quebra o paradoxal senso comum de que preso tem que sofrer e gera uma reflexão nítida de esperança por um país melhor.

Metodologia de pesquisa

O projeto Conexão Local nos propõe como método de pesquisa a etnografia. Esta opção de estudo originada da antropologia cultural, acerca da sociedade possibilita um olhar minucioso, sem impor grandes delimitações ao objeto de pesquisa. Dessa maneira, a partir do tema APAC, tivemos a liberdade de investigar, de acordo com nossa percepção sobre o campo, os aspectos que mais nos chamaram a atenção para então traçar o panorama de nosso pensamento.

Esse método antropológico instrui ao pesquisador maneiras amplas para entender a visão do grupo estudado e sua autocompreensão para que possa descrevê-las tendo em vista a natureza humana. Partindo da ideia de que em cada contexto social existem normas, conhecimento cultural e valores particulares, que moldam as experiências de vida do grupo estudado, a etnografia vai ao campo para vivenciar essas singularidades do objeto de pesquisa. Nessa técnica, os relacionamentos e encontros do conjunto social estudado recebem extrema importância, e por isso as evidências necessárias para a compreensão do contexto só são extraídas a partir da análise da dinâmica do grupo.

A modalidade de pesquisa tem um caráter extremamente qualitativo e envolve entrevistas face a face, colocando o pesquisador em campo como participante, ouvindo no ambiente natural do grupo suas percepções sobre a situação vivida como um todo. A compreensão do modo de vida das pessoas é feita em cima das anotações descritivas no diário de campo, que se tornam o meio utilizado para a coleta de informações. Ao analisar os diários de campo fundamentados na realidade dos informantes é possível extrair temas principais, valores e crenças do objeto de estudo para então relatar as conclusões totalmente embasadas nas observações realizadas.

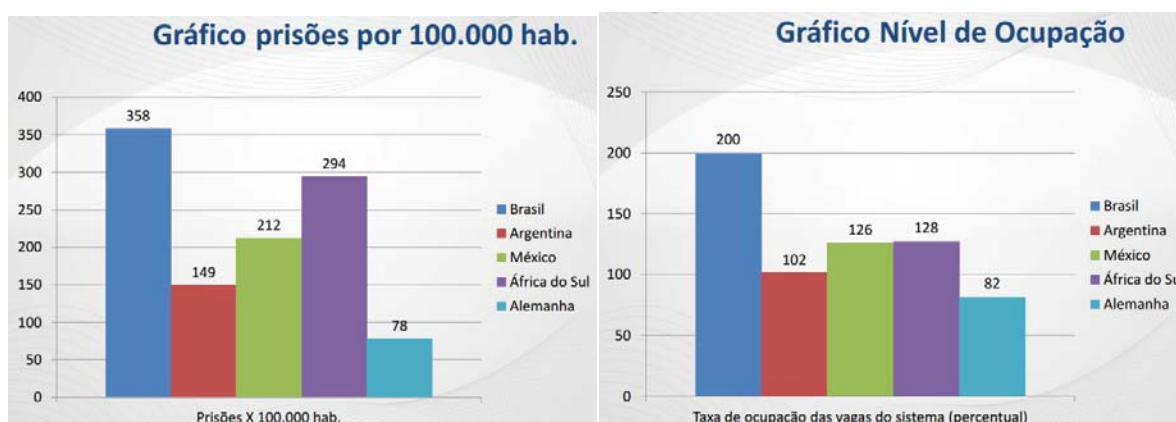
Sendo o objeto de estudo um “laboratório vivo”, há um dinamismo muito grande nas interações estudadas que exigem do pesquisador atenção à tudo que permeia este comportamento e as condições do contexto analisado. Procura-se a partir disso, entender o modo com o qual certos padrões interferem negativa ou positivamente nas exteriorizações assinaladas.

A liberdade de escolha nos concedida sobre o modo como seria conduzida a pesquisa foi crucial ao longo do projeto, porque percebemos a necessidade de conhecer outras APACs. O critério de escolha das APACs visitadas foi sua relevância para entendermos a dinâmica de funcionamento desse sistema alternativo e conseguirmos compará-lo com o tradicional.

Situação carcerária e cumprimento de pena no Brasil

A dignidade é um princípio garantido pela Constituição Federal Brasileira a todos os cidadãos e permeia a elaboração das leis criadas para atender às necessidades da sociedade brasileira, perante as quais todos devem ser tratados como iguais. Infelizmente a situação carcerária encontrada hoje no Brasil está muito distante da ideia pregada em sua Constituição, pois a superlotação e o insucesso dos trabalhos de recuperação do detento são um problema crônico e presente em todos os estados do país.

Segundo o censo carcerário de junho de 2014, realizado pelo Conselho de Justiça Nacional, a população carcerária brasileira, incluindo presos domiciliares, é de 715.592 existindo vagas apenas para 357.219. Dentro do cenário mundial o Brasil apresenta a terceira maior população prisional, atrás apenas de Estados Unidos e China. Quando comparado com países de índices de desenvolvimento e número de habitantes semelhantes o sistema brasileiro mostra-se muito mais numeroso.



Atualmente a Lei de Execução Penal divide o cumprimento de pena em três regimes (fechado, semi-aberto e aberto) que contêm diferentes papéis na recuperação do detento. No regime fechado, que geralmente corresponde a maior parte do tempo de pena, fica-se preso o dia inteiro com direito à saída apenas para o banho de sol no pátio do presídio. O regime semi-aberto tem como objetivo aproximar o detento da reintegração social, a proposta é que sejam desenvolvidas habilidades profissionais e que ele trabalhe durante o dia dentro do próprio presídio. Já o regime aberto prevê que

o detento trabalhe fora do presídio durante o dia e retorne para albergues, ou própria casa quando não há estrutura para albergados, mas existe uma série de regras quanto aos horários e locais que podem ser frequentados.

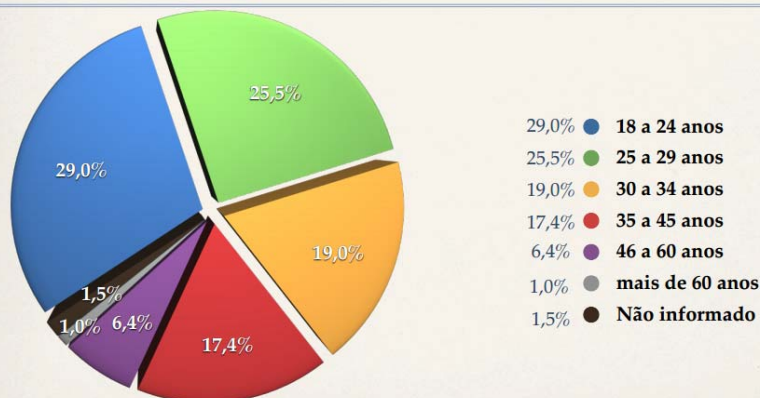
A progressão de um regime para outro depende do tipo de crime, hediondo ou não-hediondo, e da qualificação do réu, primário ou reincidente. No caso de crimes hediondos, ou seja, considerados de extrema gravidade, como homicídio, latrocínio, sequestro, estupro ou genocídio, o réu primário deve ter cumprido $\frac{2}{5}$ da sua pena restante para progredir de regime e o réu reincidente $\frac{3}{5}$. Para crimes não-hediondos, o requisito para progressão de regime é o cumprimento de $\frac{1}{6}$ da pena restante, independente da qualificação do réu.

Dentro do sistema brasileiro a realização de trabalho e estudo proporciona remissão na pena dentro do regime fechado e semi-aberto. A redução de um dia de pena acontece após três dias trabalhados ou doze horas de frequência escolar. Existe também a possibilidade de perda do tempo remido em caso de faltas graves de comportamento e até mesmo a regressão de regime, ficando a cargo do Juiz da execução decidir qual deve ser o procedimento em decorrência da infração disciplinar.

Entretanto, a realidade na maior parte dos presídios nacionais impossibilita que o cumprimento de pena ocorra conforme é proposto em lei. Primeiramente porque a superlotação impede que os detentos tenham espaços adequados para realização de qualquer tipo de trabalho e estudo. Uma vez que presos provisórios (cerca de 41% da população carcerária) e condenados são obrigados a dividir as mesmas celas, a operação dos presídios é dificultada. Além disso, não é comum a diferenciação de tratamento dos detentos do regime fechado e semi-aberto, porque não existem projetos de reintegração social ou profissionalização para aqueles que já estão em uma etapa mais avançada do seu cumprimento de pena.

O perfil da maioria dos egressos consiste em homens, entre 18 e 29 anos e com ensino fundamental incompleto. Os crimes mais comuns são tráfico e roubo, fato que observamos em nossa experiência. A grande maioria afirma ter iniciado no crime como forma de complemento de renda, seja para utilização de droga ou aquisição de bens.

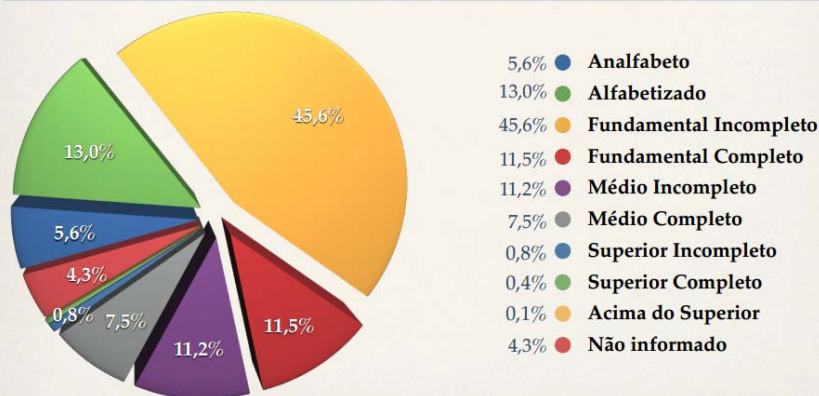
Faixa Etária Geral (Jun/2012)



FONTE: MINISTÉRIO DA JUSTIÇA - DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL - Sistema Integrado de Informações Penitenciárias - InfoPen

Fonte: Instituto Avante Brasil - <http://atualidadesdodireito.com.br/iab/files/sistema-penitenciario-jun-2012.pdf>

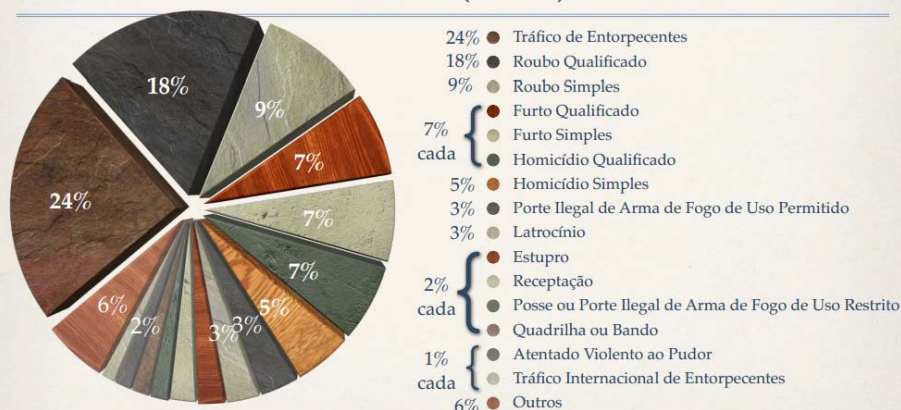
Escolaridade Geral (Jun/2012)



FONTE: MINISTÉRIO DA JUSTIÇA - DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL - Sistema Integrado de Informações Penitenciárias - InfoPen

Fonte: Instituto Avante Brasil - <http://atualidadesdodireito.com.br/iab/files/sistema-penitenciario-jun-2012.pdf>

TIPIFICAÇÃO PENAL (2012*)
TOP 15 (Geral)



*2012: Dados atualizados até Jun/2012 pelo DEPEN (Departamento Penitenciário Nacional)

Fonte: Instituto Avante Brasil - <http://atualidadesdodireito.com.br/iab/files/sistema-penitenciario-jun-2012.pdf>

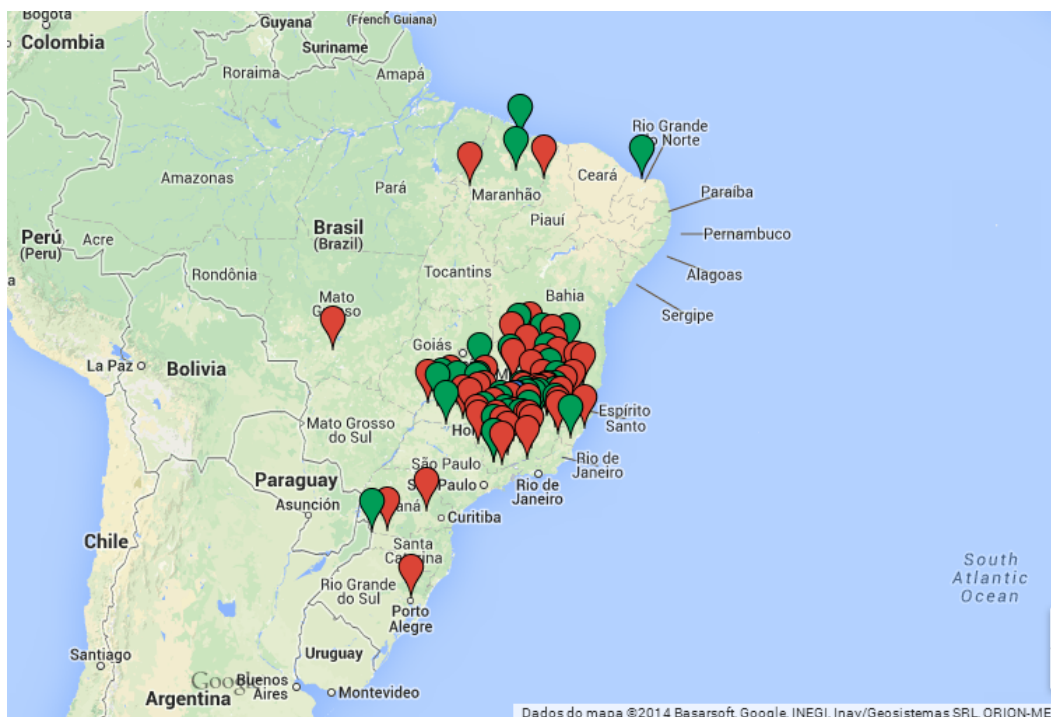
Contexto histórico da APAC

A APAC começou em 1972, na cidade de São José dos Campos - SP, através de um grupo de voluntários cristãos, sob a liderança do advogado e jornalista Dr. Mário Ottoboni, no presídio Humaitá, para evangelizar e dar apoio moral aos presos, sob o nome de Pastoral Penitenciária.

Em 1974 os membros da Pastoral perceberam que para causar o impacto e as mudanças que pretendiam deveriam se tornar uma entidade jurídica sem fins lucrativos. Instituída a APAC - Associação de Proteção e Assistência aos Condenados seu objetivo agora era auxiliar a Justiça na execução da pena, recuperando o preso, protegendo a sociedade, socorrendo as vítimas e promovendo a Justiça restaurativa.

Conforme o modelo da APAC tornou-se mais conhecido muitas outras unidades começaram a surgir, dando origem à FBAC - Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados. A FBAC, sediada em Itaúna – MG, é a entidade que congrega, orienta, fiscaliza e zela pela uniformidade das APACs do Brasil e assessora a aplicação do Método APAC no exterior, estando filiada à Prison Fellowship International - PFI, organização consultora da ONU para assuntos penitenciários.

Atualmente em todo o Brasil são aproximadamente 150 APACs, desde 1999 devido ao fechamento das APACs em São Paulo o estado em que o movimento é mais forte passou a ser Minas Gerais. O programa Novos Rumos criado pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais, iniciado em 2009 com o objetivo fortalecer a humanização do cumprimento de pena no estado, é um dos grandes responsáveis pelo crescimento das APACs na região.



Considerando políticas públicas a criação de APACs se mostra extremamente favorável para o Estado. Além de ajudar em na difícil tarefa de humanizar o cumprimento de pena no país e respeitar os direitos humanos, no sistema comum um preso custa em média R\$2.000,00 por mês ao governo, enquanto na APAC esse valor é reduzido à R\$800,00. De acordo com a Secretária de Defesa Social de Minas Gerais a criação da uma vaga na APAC custa cerca de R\$27 mil, enquanto no sistema tradicional esse valor oscila entre R\$ 55 e 60 mil.

Método APAC

Durante as três semanas em que visitamos as APACs em Minas Gerais um dos assuntos mais citados com certeza foi o “Método”, apesar de cada uma das unidades conter sua própria personalidade jurídica e individualidades esses 12 elementos são o norte que todas têm em comum para a valorização humana e recuperação dos detentos.

A metodologia é composta pelos seguintes tópicos: participação da comunidade; ajuda mútua entre recuperandos; religião; assistência jurídica; assistência à saúde; valorização humana; família; o voluntário e seu curso de formação; centro de reintegração; mérito e Jornada de Libertação com Cristo.



Entretanto, o que mais nos chamou atenção em toda a aplicação do método foi a importância do recuperando para a prosperidade do mesmo. A participação dos egressos em todas as etapas e a forma como a confiança e responsabilidade são depositadas nesse grupo realmente surpreende. Nas APACs existe uma atmosfera de valorização humana totalmente diferente do que vimos no presídio tradicional e são os próprios recuperandos que destacam essa abrupta diferença.

“Não tem nem como comparar, aqui a gente é tratado que nem gente, lá pior que animal.” – Detento da APAC de Itaúna

Tivemos a oportunidade de acompanhar todas as etapas do processo, desde a audiência com o juiz na qual os detentos são aceitos na APAC até a sua saída para a liberdade condicional. Durante a audiência eles chegam com os uniformes do presídio, algemado, cercados pelos agentes penitenciários e olhando para baixo. O primeiro passo ao chegarem à APAC é eles se identificarem por seu nome completo, não InfoPen, retirarem as algemas e colocarem suas próprias roupas.

Inicialmente, aprendemos que na APAC os presos são chamados de recuperandos já que estão em um processo que visa recuperá-los para reintegrá-los socialmente, e o uso deste adjetivo aproxima uma conotação de esperança à eles. Outra mudança de vocabulário praticada no local é o distanciamento dos apelidos do crime, já que estes na maioria das vezes remetem ao crime em si, o que não é adequado para a recuperação dos presos. Em vários momentos presenciamos a “conferência”, momento no qual o inspetor verifica se estão todos presentes. Nessa situação, o inspetor diz o nome e sobrenome, o que segundo funcionários da APAC é uma maneira de lembrá-los frequentemente de sua carga de responsabilidade, trazida com seu nome, e o de sua família.

Os primeiros dias do detento são de triagem, período durante o qual ele deve ficar no regime fechado, sem sair da cela, fazendo artesanato, falando com o psicólogo e sendo introduzido às regras e rotina da APAC. Passado esse período, cuja duração varia dependendo da unidade, eles são direcionados para o regime no qual estão cumprindo pena.

As celas variam dependendo da unidade mas comportam de seis a dez detentos, e cada um possui sua própria cama, kit de higiene, mudas de roupa e espaço para guardar itens pessoais, todas que visitamos eram muito limpas e organizadas. Os detentos nos apresentaram seu espaço com um aspecto tranquilo e orgulhoso, uma vez que o fato de terem esse direito assegurado é extremamente valorizado.

O dia-a-dia dentro do regime fechado envolve aulas no período da manhã ou tarde, dependendo da turma em que o detento está e o restante do tempo é dividido em atividades nas oficinas de trabalho artesanal e pequenos serviços de manutenção do espaço como faxina ou construções. Em alguns dias e momentos específicos eles têm contato com evangelização da religião que declararam seguir e palestras sobre temas diversos.

Dentro do regime semi-aberto o método propõe que eles escolham uma oficina de trabalho e dentro dessa aprendam a profissão com os líderes de cada uma das áreas, que são recuperandos. Além disso, são oferecidos cursos de profissionalização em outras especialidades, mas as aulas regulares continuam para aqueles que ainda não concluíram o ensino fundamental, ou aqueles que escolheram prestar Enem e entraram em alguma faculdade à distância.

Independente do regime, as refeições sempre são preparadas por recuperandos e servidas em refeitórios, e não dentro das celas. Possuir um espaço e utensílios para alimentação foi algo muito citado nos pontos favoráveis de cumprir pena na APAC. Após o almoço e jantar são reservados horários de lazer, nos quais os detentos podem utilizar o pátio e todo o espaço do regime fechado.

“Você sabe como a gente tem que comer no presídio? Vem a marmita na cela e a gente dobra a tampa pra pegar a comida.” – Detento da APAC de Ituiutaba

Antes de cada refeição, dávamos as mãos para agradecer pelo alimento, com a Oração do Recuperando. Mesmo com religiões distintas, há uma homogeneidade cristã que serve de alicerce para lições de moral, ensino do método, estando presente em frases nas paredes, já que o perdão e a fé são considerados motivadores da transformação do homem.

Vários dos recuperandos com quem conversamos falaram que tiveram contato com mais de uma oficina durante seu cumprimento de pena. Mesmo assim a maioria opta por participar de uma atividade com a qual já teve contato profissional no passado.

A segurança e organização das APACs funcionam de forma muito diferente de outras penitenciárias. Os responsáveis são funcionários desarmados e não uniformizados, que algumas vezes usam apenas uma camiseta ou jaleco da APAC. O principal meio de fiscalização do que acontece dentro de cada um dos regimes são os próprios recuperandos, que organizados pela diretoria em representantes de cela e no Conselho de Sinceridade e Solidariedade (CSS).

O CSS é rotativo e composto principalmente pelos detentos com maiores penas e melhor comportamento, sendo esses responsáveis por se reunir diariamente para acompanhar e reportar qualquer falta de comportamento ou incidente que aconteça. Percebemos que a comunicação com o CSS é constante tanto com os recuperandos quanto com a diretoria e funcionários, por todos reconhecerem os benefícios de estar em um ambiente diferenciado quando comparado com o sistema tradicional.

Desvios leves de conduta, como falta de higiene na cela, conversas sobre crimes cometidos no passado ou uso de apelidos para se dirigir aos outros são punidos com perda de benefícios como lazer, vaga em algum curso que se candidatou, entre outros. Faltas médias podem levar à prisão em cela por um período de alguns dias ou regressão de regime e ocorrências graves ou acúmulo de desvios levam ao retorno para o presídio tradicional.

Acreditamos que um dos principais fatores de sucesso da metodologia da APAC está relacionado à introdução da responsabilidade de gestão do ambiente para o próprio detento. Os recuperandos são os maiores conhecedores do que se passa dentro do espaço da penitenciária e ao serem responsabilizados por o que acontece neste local deixam de ser indiferentes e se esforçam para manter os privilégios conquistados, mesmo que isso envolva reportar um colega por posse de drogas, celular ou qualquer outra atividade considerada ilegal. Percebe-se uma mudança clara na postura do preso, que deixa de ver a instituição como inimiga, passando a colaborar com a preservação da ordem para melhorar a sua vivência nesse meio.

As famílias visitam aos domingos e é um momento muito importante para os recuperandos, eles relataram que o tratamento com as famílias na APAC é o principal

benefício de estar nessa penitenciária e não em outras do sistema tradicional. A instituição proíbe a entrada de celulares e existe verificação dos itens trazidos para os detentos, mas a revista nos familiares é bem simples e respeitosa, quando existente.

Ademais, eles podem ocupar todo o espaço comum da APAC, em algumas os próprios detentos construíram playgrounds para as crianças brincarem aos domingos. Nas APACs que visitamos não era permitido que os familiares trouxessem comida, uma vez que os próprios presos são responsáveis pela cozinha e tem cinco refeições diárias.

A metodologia da APAC realmente cria um ambiente agradável na penitenciária, de respeito, responsabilidade e esperança. A sua eficiência na recuperação dos detentos é comprovada pelos números estatísticos, muito mais favoráveis do que a média nacional ou mundial. Em adição, grande parte dos atuais funcionários e voluntários são ex-detentos que quiseram ajudar a instituição depois de passarem pela mesma, comprovando a sua capacidade de engajar o preso no comprometimento com a reintegração social.

Reincidencia no sistema prisional (desde 1997)	
Mundial	70%
Nacional	80%
APAC	8,14%

Unidades Visitadas

APAC Ituiutaba

Ituiutaba é uma cidade de interior aparentemente tranquila, com uma população de 91.171 habitantes. Sua localização a 137km de Uberlândia e 90km do estado de Goiás a tornou um grande centro de distribuição de drogas. Por esse motivo, a maioria dos 60 detentos desta APAC cumpre pena por tráfico de drogas. Ao chegarmos, nos deparamos com um cenário completamente distinto do que esperávamos para um presídio. A APAC de Ituiutaba é chamada de “APAC da transparência”, pois nela não há muros, somente uma cerca baixa que separa o preso da sociedade. O motivo para tal estrutura é a ideia de que assim os detentos fiquem presos pela consciência, já que poderiam facilmente transpassar a cerca e fugir, mas não o fazem por serem lembrados exaustivamente das consequências da fuga.

Apesar da inexistência de muros existe um responsável pela segurança e três inspetores que se alternam em turnos individuais para vigiar os 60 presos. De início nos pareceu absurdo que não houvesse vigilância armada ou qualquer mecanismo violento de segurança.

Todos que passam na rua podem ver que no espaço há uma horta, um jardim, um pequeno lago, um quiosque usado como refeitório, acoplado a uma cozinha, no qual ficam as mesas e cadeiras. Nesta APAC, por uma questão de verbas e infraestrutura, cumprem pena os condenados ao regime semi-aberto e aberto, portanto aqueles condenados ao regime fechado necessariamente passam pelo presídio antes de ir à APAC, e não o cumprem seguindo o método da organização.

Não somente por parte dos funcionários, inspetores, professores e voluntários, mas também o espaço físico influencia na valorização dos presos, sendo eles todos tratados de forma digna, independentemente do crime que cometeram e recebendo assistência psicológica necessária para conviver bem em sociedade.

Apesar de serem somente onze funcionários no total, a organização da APAC é eficiente, e parece até ter capacidade ociosa. Isso porque os presos são responsáveis por realizar funções que em sistemas de cumprimento de pena comum resultam na contratação de mais funcionários e serviços.

Quando estivemos em Ituiutaba acompanhamos propostas didáticas como aulas de literatura e curso para cuidados com a terceira idade. Ao conversar com os presos percebemos entusiasmo ao nos contarem dos cursos profissionalizantes realizados anteriormente, como cursos de pizzaiolo, e a expectativa de fazer aulas de tratorista.

Os presos também fazem atividades de artesanato como barcos de palitos de madeira, crochê, redes, conhecimento geralmente desenvolvido no presídio e repassado entre eles. Esses objetos que eles fazem são presentes ou vendidos pela família para ajudar com a renda, já que o número de presos que recebe auxílio reclusão é muito pequeno, e as famílias sentem muito a ausência da contribuição econômica deles, principalmente daqueles que têm filhos.

A APAC de Ituiutaba tem uma parceria com um fabricante de móveis com corda, que provém material para que os presos trabalhem encordoando as cadeiras, camas e espreguiçadeiras, recebendo da empresa uma ajuda de custo que variava de R\$ 4,00 a R\$8,00 por unidade produzida. O trabalho, assim como o estudo é contabilizado como remissão.

Nos primeiros dias em campo estávamos receosas quanto à nossa segurança e por alguns riscos aos quais estávamos sujeitas por estarmos em um sistema carcerário, com tantos presos, sem segurança. Esse medo diminuiu à medida que conversamos com os funcionários do local, que nos passaram tranquilidade quanto ao dia-a-dia deles, mesmo lidando com eventuais problemas, a ausência de histórico de violência dentro da APAC nos confortou.

Tivemos a oportunidade de acompanhar uma audiência no qual recuperandos da APAC passam do regime semi-aberto ao aberto, e presos do presídio da cidade com bom comportamento são transferidos para a APAC. Foi gritante perceber a diferença entre os recuperandos, que vestiam suas próprias roupas, chegaram lá com

o carro da APAC, conversando, sem algemas e os presos que vestiam o uniforme vermelho da SUAPI, algemados, cada um escoltado por um agente penitenciário armado, olhando para baixo e sem trocar palavras entre si. Esse momento foi crucial para entendermos a descrição sobre a atmosfera do presídio que tanto ouvimos nas histórias dos recuperandos, cercada de medo, vergonha, e tensão de estar constantemente ameaçado por alguém armado.



APAC Itaúna

A cidade de Itaúna, localizada a 82km de Belo Horizonte foi a segunda na qual conhecemos o sistema de cumprimento de pena APAC. Nela, visitamos o presídio masculino, bem como o feminino.

Primeiramente, fomos conhecer a APAC masculina, que é conhecida como a “APAC modelo”, é referência nacional e internacional na recuperação e ressocialização de condenados, e possui os três regimes de cumprimento de pena: aberto, semi-aberto e fechado. Ela foi a segunda a ser criada no mundo e por seu tempo e verbas estruturou-se de modo a atender e oferecer aos recuperandos todos os pressupostos do método, tornou-se ativamente envolvida e sediadora de eventos entre APACs (como a Jornada de Libertação com Cristo) e FBAC.

Ao chegarmos, percebemos rapidamente algumas diferenças entre Itaúna e Ituiutaba, como o uso de muros altos em Itaúna para delimitar a APAC, e o fato de termos sido recebidas por um recuperando que tem as chaves, e trabalha abrindo a porta da rua para a recepção, e da recepção para o acesso ao regime semi-aberto e aberto.

Em Itaúna observamos uma estrutura adequada ao regime aberto, tem celas separadas para aqueles que saem para trabalhar e retornam no fim do dia, permanecendo presos na APAC aos fins de semana. No momento em que fomos ver as celas do regime aberto, havia uma reforma sendo realizada utilizando a mão-de-obra dos recuperandos do regime semi-aberto. Esse tipo de obra é comumente realizada e não mistura em momento algum os presos de diferentes regimes. Apesar da estrutura do regime aberto ser pequena, eles dispõem de refeitório, celas, banheiros e um pequeno espaço de lazer aonde podem assistir à televisão mediante bom comportamento e em horários estabelecidos pelo fiscal.

A estrutura do regime semi-aberto incluía diversas oficinas de trabalho, e todos ali tem necessariamente uma função, seja na padaria, seja trabalhando na mercenaria, ou na horta. Parcerias com empresas permitem que alguns dos presos que trabalham

nas oficinas instaladas na APAC possam trabalhar na própria empresa após cumprir a pena, já que adquiriram conhecimento sobre as habilidades e processos necessários enquanto presos. Dada essa grande capacidade de empregar a mão-de-obra, em Itaúna percebe-se que os recuperandos estão a todo momento em suas respectivas atividades.

Pudemos visitar ali o regime fechado, que tem mais estrutura de segurança, conforme previsto em lei e aonde os presos têm de fazer terapia intensiva de trabalhos que ocupam a mente, para o processo de descoberta de valores, e reconhecimento da utilidade e produtividade que têm. Um dos recuperandos nos guiou explicando cada cômodo do lugar, que contém biblioteca, sala de aula, consultório odontológico (no qual um recuperando trabalha de assistente), além do pátio para sol e exposição dos artesanatos e marcenaria.

Claramente nossa presença no regime fechado chamou a atenção pois é incomum que pessoas os visitem e mesmo procurem saber sobre como estão cumprindo a pena. Ao final de nossa visita, fomos surpreendidas com uma homenagem feita por todos os recuperandos do regime fechado, que cantaram uma música em agradecimento pela nossa preocupação com eles.







APAC Itaúna feminina

A APAC de Itaúna femina nos surpreendeu porque não é de nosso costume associar mulheres à criminalidade. No entanto, os números de delitos cometidos por mulheres estão crescendo muito, e mudando esse paradigma existente. Conhecemos várias das 33 recuperandas dos regimes aberto, semi-aberto e fechado. Muitas das mulheres com quem conversamos eram traficantes ou haviam cometido homicídio, sendo que diversas ficaram curiosas e queriam saber o que havíamos visto nas outras APACs que conhecemos.

O dia-a-dia delas envolvia atividades de artesanato, confecção, costura, sendo que uma comissão era voltada especificamente para as atividades da cozinha. Acompanhamos uma aula de dança que estava sendo ministrada por um voluntário, e a animação e esforço da maioria para acompanhar os movimentos.

As celas ali são extremamente graciosas, cada uma com uma decoração de bordados, feito pelas próprias recuperandas, para embelezar o local. O mais

surpreendente foi ver uma recuperanda que havia acabado de ter um bebê, e que havia sido por esse motivo transferida para uma cela particular, com berço e todos os aparatos para que pudesse cuidar bem da criança. Esse é um cuidado único da APAC para com a mulher detenta, já que no presídio comum as condições para as grávidas é degradante.

A FBAC é localizada ao lado da APAC feminina, e todos os funcionários da FBAC almoçam diariamente com as recuperandas, o que aproxima o conhecimento do órgão da realidade das mesmas, e também permite acompanhar as demandas por mudanças no método que surgem dali.



Complexo Penitenciário Nelson Hungria

Enquanto estávamos visitando a APAC de Ituiutaba as conversas com os detentos envolviam muitas comparações e relatos sobre a experiência que eles tiveram no sistema prisional tradicional. Por isso, pedimos às autoridades locais que nos deixassem visitar o presídio de Ituiutaba, mas infelizmente o acesso nos foi negado e percebemos que conseguir autorização para visitar qualquer complexo penitenciário é muito difícil de ser obtida.

Sendo assim, ficamos muito felizes quando conversando com outra dupla do Projeto Conexão Local, que estava em Belo Horizonte estudando a Complexo

Penitenciário Público-Privado de Ribeirão das Neves, surgiu a oportunidade deles nos incluírem em seu grupo de visitação ao Complexo Penitenciário Nelson Hungria.

O complexo visitado é localizado em Nova Contagem – BH, considerado de segurança máxima, sua capacidade gira em torno de 1600 vagas e operam em lotação, 1900 detentos. A estrutura inclui 12 pavilhões, com celas individuais ou duplas, e dois anexos, para presos provisórios. Por comportar tantos presos considerados “diferenciados”, ou seja, de maior periculosidade e influência política, a organização das celas e pavilhões pareceu de extrema importância dentro da organização do complexo.

Por ser bem afastado da cidade de Belo Horizonte tivemos um pouco de dificuldade de encontrar o complexo e ao nos aproximarmos do mesmo os sinais de celular já foram cortados, devido aos bloqueadores. Para entrar tivemos que fazer um cadastro na portaria e passamos por uma série de portões, só não precisamos ser revistados por sermos convidados do diretor geral do presídio, mas parece que mesmo as pessoas que vão para conhecer o complexo costumam passar pela mesma.

Depois de entrarmos fomos direcionados todos para a sala do diretor geral, onde ele e a diretora de ressocialização nos explicaram como a penitenciária é organizada. Segundo estes, ao ser transferido para o complexo os detentos passam pela classificação, que envolve consultas médicas, psicológicas, jurídica, entre outras e apenas depois disso é direcionado para o pavilhão mais adequado. As questões disciplinares são julgadas por uma Comissão Disciplinar, composta por: defensor público (não votante), assistente social (votante), coordenador de segurança (votante) e pedagoga (votante).

A polêmica questão das visitas nos foi apresentada como um problema superado pela organização com a introdução do Bodyscan, equipamento de Raio-x que permite evitar a entrada de artigos ilegais sem invadir a intimidade das visitas. Segundo a diretora de ressocialização, a diretoria entende a importância da família apoiar o detento e por isso sempre tentou criar uma série de iniciativas para tornar as revistas o

menos desagradáveis possíveis, como colocando papel de parede e decorando a sala das crianças ou fazendo atividades na fila para visitação em períodos festivos.

Após a conversa fomos conhecer o complexo, saindo da sala nos assustamos devido à escolta feita por um grupo de guardas do GIR (Grupo de Intervens o Rápida) totalmente encapuzados, apenas os olhos a mostra e ainda assim com óculos escuros, e extremamente armados. Primeiramente fomos conhecer as oficinas, onde a remuneração padrão   três quartos do s l rio mínimo. Existiam poucas considerando a capacidade do presídio e a quantidade de detentos envolvida em cada uma também era bem pequeno. Enquanto estávamos em uma oficina de costura de bolas de futebol começamos a conversar com um dos detentos, mas um dos guardas chamou nossa atenção e disse para não nos afastarmos do grupo.

Além das oficinas, tivemos a oportunidade de conhecer a enfermaria, uma cela padrão e um dos anexos. A enfermaria tinha um aspecto deprimente, a construção do prédio era precária e o ambiente não parecia nada limpo. A cela que fomos conhecer pertencia ao pavilhão dos detentos que tem sua vida ameaçada pela convivência com os outros, como estupradores, delatores, ex-policiais, entre outros. Entre os detentos essa área das prisões é denominada “segura” e todos que passam por l  sofrem forte preconceito, inclusive nas APACs onde são obrigados a conviver sem distinção.

A visita à cela foi conduzida pelos guardas do GIR, eles retiraram o preso da mesma, o algemaram e o seguraram encostado com a cabeça na parede sobre a ordem de que não fizesse contato visual enquanto estávamos entrando em seu espaço. O local era horrível, tinha mau cheiro (o famoso “cheiro de prisão”), era muito escuro, as paredes todas desenhadas e o banheiro, junto com chuveiro, era basicamente um cano na parede que pingava e uma precária privada. O detento tentou olhar discretamente enquanto visit vamos e foi repreendido verbalmente.

Assim que avançamos para a grade de segurança que era visível, os detentos do anexo começaram a gritar e tentar reivindicar alguns direitos, de forma totalmente desordenada e caótica. Infelizmente, não pudemos andar na galeria, apenas olhar do portão que dava acesso ao pátio.

Concluída a visita ficamos com uma impressão muito clara das diferenças de tratamento entre a APAC e o sistema tradicional. Dentro do complexo sentimos muito medo, principalmente dos agentes penitenciários, o espaço físico de forma geral era asqueroso e o comportamento dos detentos foi totalmente diferente dos que estavam na APAC, beirando o animalesco. Se considerarmos que esse é um complexo modelo no Brasil e que nos permitiu visitar, acreditamos que foi possível ter uma noção mais clara das dificuldades que devem ser enfrentadas pelo sistema tradicional.

APAC Pouso Alegre

A decisão de visitar a APAC de Pouso Alegre foi resultado de uma série de comentários que ouvimos a respeito da mesma, ela foi citada diversas vezes como a instituição, que seguia a metodologia, mais arrojada em sua estrutura e modelo de organização.

Apesar de ser um pouco mais afastada da cidade do que outras APACs que visitamos, definitivamente a APAC de Pouso Alegre tem uma estrutura impressionante, são mais de 20 hectares de terra onde são cultivados: feijão, milho, café, porcos e gado. Os recuperando são responsáveis pela produção em todo esse espaço e o fruto do trabalho dos mesmos é direcionado para sua alimentação.

O grande desenvolvimento das oficinas existentes na organização é outro ponto de destaque, tanto no regime fechado quanto semi-aberto. Dentro do fechado a arte de produzir mosaicos é ensinada para os detentos com o objetivo de laborterapia e complemento de renda para os mesmos, que produzem lindas peças para a instituição e para seus familiares venderem. Outra oficina disponível dentro do sistema fechado é a montagem de garrafas térmicas em parceria com a indústria da Invicta.

Dentro do regime semi-aberto a maior parte das oficinas presta serviços não só para dentro da APAC, mas também para outras organizações sediadas na cidade. Algumas das opções disponíveis para que os recuperandos se especializarem são: padaria, que produz para todos os órgãos da prefeitura e tem turnos 24 horas por dia; oficina de carros, que fornece serviços para uma companhia da cidade; marcenaria,

que produz peças próprias ou por encomenda; cozinha, que produz refeições diárias para quase 400 pessoas; funilaria e pintura de peças industriais; faxina das áreas comuns; portaria, dos regimes fechados e semi-aberto ou da recepção; ajudando do setor jurídico e agora estão criando uma pequena oficina de injeção plástica para produzir pequenas peças.

Com funcionamento totalmente distinto ocorre a realização de trabalhos agropecuários, esses podem ser feitos por recuperandos de ambos os regimes, fechado ou semi-aberto. Além disso, as diferentes áreas contam com apoio de muitos profissionais contratados, como veterinário, zootecnista, entre outros, uma vez que é responsável por boa parte dos insumos utilizados pela APAC no dia-a-dia e também tem um importante papel de complementar a receita da instituição e essa verba é essencial para manter a incrível estrutura que observamos na APAC de Pouso Alegre.

Pela experiência que tivemos a APAC Pouso Alegre é a prova viva do quanto o método é eficiente e que esse em conjunto com uma boa gestão do espaço e mão-de-obra dos recuperandos pode tornar o cumprimento de pena em algo produtivo para a sociedade como um todo. Em adição de o detento deixar de ser um peso social financeiramente, ele realmente aprende a ter responsabilidades e um papel dentro de um grupo, ajudando na sua recuperação.





Realidade da integração

Muito escutamos sobre a importância da reinserção dos presos na sociedade após o cumprimento penal, mas na APAC de Pouso Alegre nos foi levantada pelo gerente administrativo uma questão crucial.

“Será que devemos falar de reintegração ou integração à sociedade, já que muitos deles [detentos] nunca estiveram de fato integrados socialmente?” – Waldeci, Gerente Administrativo do Centro de Reintegração Social.

A realidade de muitos presos é de falta de oportunidades relacionadas à escolaridade e trabalho honesto no decorrer de toda a vida, sendo sua entrada na criminalidade parcialmente produto da marginalização que já sofriam desde a infância. Sem o respaldo necessário de uma família estruturada preocupada em transmitir uma educação ética e cercado de “más influências”, facilmente recorre-se à crimes que garantem uma boa condição material.

A ganância gerada pela sociedade de consumo independente do local no qual o preso está inserido é um grande motivador do crime, pois enquanto a construção de uma carreira requer tempo e dedicação, alternativas como tráfico e roubo podem trazer um retorno financeiro rápido, sem muito esforço, mediante uma adrenalina que segundo eles é viciante.

Esse perfil de marginalizados “vítimas” do capitalismo foi repetidamente notado por nós ao longo das conversas com os recuperandos. Por tal motivo percebemos todo o processo desde antes do aprisionamento até o retorno à sociedade com fatores que contribuem positiva e negativamente para o processo.

Primeiramente, a mentira na fala dos presos mostrou-se algo presente e buscamos entender o significado da mentira para os mesmos. No presídio há uma cultura de valorização da criminalidade e por essa razão, os presos mentem à respeito dos crimes que cometeram e até mesmo sobre quem eles são como pessoas. A mentira afasta a culpa pelo que cometeram, e coloca o crime em um pedestal.

“No presídio, se chega como coitadinho não é bom. Tem que fazer os outros pensarem que levou vantagem.” - Recuperando da APAC Ituiutaba

Conversando com psicólogos da APAC, entendemos que a mentira é justamente um autoengano para tentar fugir da realidade, e buscar algo positivo daquilo que o levou ao cárcere. A APAC realiza um trabalho psicológico exaustivo sobre as mentiras, e as condena rigidamente. Porque considera que parte da recuperação envolve assumir a culpa, para que se possa buscar a desconstrução da mentalidade criminosa a partir do remorso e arrependimento.

Enquanto detento no presídio há uma mentalidade infantil de “pensamento mágico” sobre o crime que dificulta o entendimento pleno das conseqüências de seus atos. Segundo o psicólogo da APAC de Itaúna, no sistema comum o preso é alienado de suas responsabilidades já que seu tempo é extremamente ocioso, o que contribui para a regressão do mesmo no processo de ressocialização.

A APAC dá cursos, palestras que incitam a consciência da culpa, envolvendo o que é conhecido como “choque de realidade”. Exemplo dessa terapia é, por exemplo perguntar ao recuperando o que a família dele sentiria caso ele morresse, para que ele perceba a dificuldade que está fazendo a família passar, e o egoísmo de não mudar como pessoa. Através do reconhecimento da culpa pelo delito, a proposta da APAC é desconstruir o que o recuperando tem como verdades sobre si (incluindo suas ações criminosas), e criar um novo significado (criando uma nova perspectiva de vida e sobre ele mesmo).

Observamos que a admissão da culpa é uma passagem dolorosa para o condenado, sendo esse o ponto no qual a religião exerce o alicerce para o desencadeamento da recuperação: o perdão. Para além da necessidade de esperança nele mesmo, a certeza do perdão proporcionada pela fé ajuda muito o detento a assumir a responsabilidade pelos atos que cometeu, para assim iniciar o processo de recuperação e reconstrução de sua identidade.

A APAC envolve a família como apoiadora da transformação do recuperando, e também como fiscalizadora dessa mudança. Esse é um dos principais diferenciais do

sistema comum, que não só descarta a influência que a família pode ter sobre o preso, como também a trata mal ao realizar revistas humilhantes. O voto de confiança que a APAC deposita na família ao deixá-la entrar na visita sem revista, é muito valorizado por ela e pelos recuperandos. Para eles esse é o grande benefício em estar ali, porque incrivelmente, ouvimos reiteradamente que eles são capazes de se adaptar ao presídio, mas a família nunca se adapta.

Outro aspecto a ser considerado dentre os fatores que revolvem a reintegração é a alienação. Enquanto presos, eles só tem acesso à certas informações, e é necessário que a família equilibre o que deve contar ao recuperando, pois a partir do que ouve, podem ocorrer reações imprevisíveis. O exemplo dos recuperandos sobre isso são os casos de traições que levam à fuga para tirar satisfação com quem o traiu ou com o terceiro envolvido. O equilíbrio entre alienação e exposição à realidade deve ocorrer de modo que o recuperando não fique isolado de tudo, e tenha consciência dos problemas familiares, das dificuldades, para que se prepare psicologicamente para enfrentar tudo isso quando obtiver a condicional, diminuindo assim o choque do retorno à liberdade.

Notamos a ansiedade dos recuperandos quanto a essa questão de alienação, pois envolve o que ocorre após o cumprimento de pena. Há um medo grande em sair e não conseguir lidar com tudo o que aconteceu enquanto preso, com tempo perdido, de retornar às amizades que induzem ao crime, e também de cair na tentação de cometer um delito novamente para ganhar um dinheiro fácil, por exemplo. Essa preocupação acompanha diariamente os recuperando e é ainda mais forte nos que estão prestes à retornar para a sociedade

Em razão do complexo processo de recuperação sob o qual o detento está submetido, percebe-se que somente com um controle dos fatores influenciadores da melhor maneira possível, a reintegração é palpável. A interação da APAC com as famílias, com a comunidade deve buscar estabelecer justamente o elo que trará assistência ao homem quando liberto.

Experiência pessoal

Julia Marangoni Mijares

As três semanas que passamos imersas na realidade dos presos do Brasil foram de um aprendizado enorme para mim. Pessoalmente eu nunca havia dedicado tempo à tal questão e tinha uma visão extremamente estereotipada sobre os criminosos. Por esse motivo, de início tive muito medo de como seria a abordagem para conversar com alguém que cometeu um crime.

Inicialmente, conversávamos com um preso ou outro, e então fomos convidadas para almoçar com eles diariamente a comida preparada por eles que incluía vegetais e temperos da própria horta. Aos poucos fomos nos aproximando dos recuperandos, fazendo perguntas, mostrando interesse em conhecer aquelas pessoas. E o resultado foi inacreditável. A capacidade dos presos de carregar tantos traumas, sonhos, e confusões mentais nas conversas deixou-nos com sentimentos mistos de pena, raiva, tristeza.

Percebemos nitidamente em repetidas histórias de vida a falta de opção que levou muitos ao tráfico e roubo, quando estavam com más companhia. Identificamos em diálogos o sentimento de inocência, de quem não percebe a ganância da sociedade de consumo, e sem pesar as consequências recorre ao crime para comprar roupas, objetos, carros de marca.

Com o tempo, nos sentimos inseridas no campo de modo que sabíamos os nomes da maioria, seu passado, e conversávamos naturalmente por horas sem problemas. Quando me dei conta, eu estava em um regime fechado, sem nenhum fiscal, somente com presos, que em nenhum momento fizeram nada para me deixar desconfortável.

O trabalho feito na APAC é de abrir os olhos para enxergar a natureza humana de modo que o erro de um homem poderia ser o seu erro. E por meio da valorização do homem, é possível ver o quanto eles podem mudar.

Tratando-se de um tema complexo, pensar ingenuamente que todos podem ir para a APAC não condiz com a realidade prisional do Brasil. Há sim a necessidade de selecionar aqueles que tem bom comportamento e que merecem um voto de confiança para mostrar aos familiares e à sociedade que podem retornar.

No entanto, uma das poucas coisas com a qual voltei da viagem sem dúvidas é sobre a necessidade de humanização da pena. Como ouvimos repetidamente: “Ninguém sai do presídio melhor do que entrou”, e me pergunto que sociedade não preocupa-se em melhorar aqueles que podem causar problemas à ela em dias, meses, anos, assim que saírem de suas penas após serem tratados como animais.

Isabela Banduk Alves

Antes de participar do Projeto Conexão Local conhecia muito pouco sobre o sistema prisional brasileiro, basicamente tinha impressões baseadas no que é divulgado pela mídia. Inicialmente fiquei com bastante medo ao saber que a minha experiência envolveria presidiário e em nenhum momento pensei que teríamos tanta abertura e espaço para conversar com os detentos quanto tivemos.

Quando chegamos à APAC e percebi que realmente não teríamos nenhuma segurança e apoio me assustei. Entretanto após nosso primeiro contato com o ambiente e os próprios recuperando fiquei no mínimo curiosa para entender como que era possível manter ordem num local organizado de tal forma.

Ter a oportunidade de conhecer os recuperando mudou totalmente minha visão sobre a criminalidade. A simplicidade, simpatia e respeito com que nos receberam trouxeram toda a segurança da qual eu pensei que sentiria falta. Depois de alguns minutos de atenção muitos dividiam suas histórias de vida conosco e contava sobre as suas famílias, dificuldades enfrentadas e ambições.

Conversando com os recuperandos percebi o importante papel que a dualidade entre medo e esperança tinha nas decisões deles. Muitos mostravam ficar na APAC,

sem fugir, por medo de voltarem para o presídio e outros, mais envolvidos com o método, por esperança de construir uma vida melhor.

Dentre as conversas que tive duas coisas me chamaram muita atenção e considero que me marcaram bastante: o quão poderoso é o tráfico de drogas e a incrível capacidade de adaptação do ser humano, mesmo aos ambientes mais hostis.

Depois que visitamos o complexo do Nelson Hungria me senti desconfortável, parte da excitação e curiosidade que tive ao conhecer o projeto das APACs se transformou em culpa. Culpa por ser tão ausente e distante da realidade da maior parte da sociedade, percebi que eu não tenho idéia do que se passa na vida das pessoas e que todos os meus esforços ainda são muito pequenos para conseguir ter qualquer tipo de compreensão e dimensão da realidade.

Mais do que tudo foi frustrante perceber mais de perto o quão injusto é o regime socioeconômico em que vivemos. Também notar o impacto que o consumismo tem na insatisfação das pessoas com suas próprias vidas e ver o quanto elas estão dispostas a sacrificar para preencher esse vazio e se sentir parte da sociedade.

Mesmo com tais sentimentos ter conhecido esse projeto me trouxe muita esperança. Observar o processo de transformação que ocorre com os detentos, um grupo tão excluído e estereotipado, quando passam a viver em um ambiente que os valoriza e com pessoas que depositam neles confiança e amor foi revigorante, e me fez perceber valores que antes me passavam despercebido.

Referências

FRANKL, Vicktor E. *Em busca de sentido: um psicólogo no campo de concentração*. Petrópolis: Editora Vozes, 1991. ISBN 85-326-0626-2 ISBN 85-233-0274-3

Seidner, Stanley S. (June 10, 2009) "A Trojan Horse: Logotherapeutic Transcendence and its Secular Implications for Theology". *Mater Dei Institute*.

Goffman, Erving. Prisões manicômios e conventos.

Fine, Ten Lies of Ethnography: Moral Dilemmas in Field Research , Journal of Contemporary Ethnography, 22 (1993:Apr.-1994:Jan.) p.267

Kunda, Gideon. 2013. Reflections on becoming an ethnographer. Journal of. Organizational Ethnography 2/1 [in press].

OTTOBONI, Mário. Vamos matar o criminoso? : método APAC. São Paulo: Paulinas, 2001.

TOLEDO, Francisco de Assis. Princípios Básicos do Direito Penal. São Paulo: Saraiva 5ª Ed., 10ª tiragem, 2002.

Cartilha NOVOS RUMOS NA EXECUÇÃO PENAL – Projeto do Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Cartilha editada pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais, lançado em dezembro de 2001.

Coyle, Andrew. (n.d.): n. pag. *International Centre for Prison Studies*. 2009. Web. 10 Aug. 2014.